



A GEOGRAFIA DAS FAMÍLIAS NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS NOS ANOS 2000

Cimar Alejandro Prieto Aparicio
PUC-Campinas e Nepo/Unicampⁱ
cimar.aparicio@gmail.com

Luiz Antonio Chaves de Farias
Nepo/Unicampⁱⁱ
fariasax@uol.com.br

RESUMO

O artigo propõe um olhar sobre a geografia das famílias no Brasil metropolitano, considerando seus espaços de residência ao longo da estrutura urbana das grandes metrópoles nos anos 2000. Sabe-se que a população brasileira passa por mudanças importantes tais como a queda da fecundidade e a maior diversidade da composição dos arranjos domiciliares. Os processos de formação de domicílios tornam-se mais complexos, com o crescimento de domicílios com um só morador, dos arranjos monoparentais e da coresidência de pais com filhos e netos. As metrópoles brasileiras, por sua vez, ao mesmo tempo em que se encontram na vanguarda para alguns desses processos de mudanças demográficas, ainda acumulam uma importante dívida social, impondo novas complexidades para o entendimento da dinâmica das famílias e domicílios, o que justifica uma leitura mais apurada da geografia intrametropolitana dos espaços de residência. Para isso, o trabalho serviu-se dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, o que permitiu uma leitura unificada, entre os diferentes contextos metropolitanos considerados, da composição dos arranjos domiciliares no Brasil metropolitano.

Palavras-chave: Família; estrutura urbana; metrópoles.

GT-2: MetrÓpole, metropolização e dinâmica espacial contemporânea



1. INTRODUÇÃO

A população brasileira passou por muitas transformações nos últimos anos. A contínua queda das taxas de fecundidade a partir dos anos 1980, assim como a tendência de redução dos fluxos migratórios de longa distância, possuem como efeito as baixas taxas de crescimento populacional observadas nas últimas décadas (MARTINE, 1994). As transformações vivenciadas pelas famílias brasileiras exercem igualmente um papel preponderante para o cenário descrito, com a tendência de diminuição da prole, aumento da longevidade de seus membros, maior participação das mulheres no mercado de trabalho e aumento dos recasamentos (OLIVEIRA, MARCONDES; VIEIRA, 2015).

Tais transformações ocorrem com intensidades distintas nas diferentes partes do território brasileiro. Nesse sentido, a evolução da dinâmica populacional e das famílias nas áreas metropolitanas mais antigas adquire contornos específicos, pois tais áreas apresentam as menores taxas de crescimento populacional entre as áreas urbanas, embora mantenham seu protagonismo no processo de redistribuição espacial da população no Brasil (CUNHA *et al.*, 2018).

Da mesma forma, as complexidades dos processos de metropolização e estruturação urbana impõem o convívio nos espaços metropolitanos de grupos (ou arranjos) domiciliares que se encontram em estágios distintos do ciclo de vida familiar. Ao mesmo tempo em que se encontram na vanguarda do processo de urbanização, apresentando espaços corporativos e residenciais de alto nível, as metrópoles ainda acumulam grande dívida social, sendo o fenômeno da pobreza uma realidade patente. Esse fato impõe que as famílias busquem novas estratégias de sobrevivência em face de tais contextos socioespaciais, o que determina diferentes *timings* em seus ciclos de vida e uma diversidade eminente de arranjos domiciliares, nos diferentes espaços das metrópoles.

Dado que os diferentes contextos metropolitanos estejam em estágios distintos quanto aos processos elencados (transição demográfica, crescimento populacional, estruturação urbana, metropolização), há diferenças na composição domiciliar entre as diferentes partes da estrutura metropolitana das metrópoles consideradas? Quais os diferentes tipos de arranjos domiciliares e estágios de ciclo de vida prevaletentes nos componentes da estrutura metropolitana? Houve mudanças significativas entre 2000 e 2010?

É, pois, com o intuito de responder tais questões que se empreende o presente artigo. Para isso serviu-se dos microdados da amostra dos Censos Demográficos 2000 e 2010 para o Brasil metropolitano, que permitem a desagregação dos dados pelo recorte espacial das regiões metropolitanas consideradas¹ e a montagem de uma tipologia de arranjos domiciliares aplicada aos dados de 2000 e 2010.

2. FAMÍLIA E POBREZA NO ESPAÇO METROPOLITANO: ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS

A questão metropolitana marca o debate sobre o processo de urbanização da população brasileira no século XX (FARIA, 1991). O modelo brasileiro de desenvolvimento econômico gerou um volume considerável de empregos na indústria de transformação e no setor de serviços, constituindo ocupações modernas e diferenciando a estrutura social urbana. Contudo, este modelo de desenvolvimento econômico promoveu também a expansão da pobreza urbana, ao sustentar a disseminação do emprego informal no pequeno comércio, no trabalho doméstico e na construção civil, ou seja, em modalidades de organização da produção intensiva em trabalho e com baixa produtividade, formando grandes massas urbanas carentes. Desse modo, a industrialização foi acompanhada pelo crescimento das periferias urbanas, em particular nas metrópoles brasileiras (FARIA, 1991).

O estudo da pobreza urbana nas metrópoles pode ser associado aos estudos da demografia das famílias, em termos da análise quantitativa da organização e da formação das famílias e dos domicílios. A dinâmica das famílias é vista como um elemento relevante das análises da pobreza. Em termos metodológicos, os arranjos domiciliares constituem uma unidade de análise para as medições da pobreza, o que pode ser observado no cálculo das linhas de pobreza (JANNUZZI, 2001; ROCHA, 2013).

¹ Essas regiões metropolitanas referem-se aquelas criadas por lei federal na década de 1970. São elas: Região Metropolitana de Belém (RMB), Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Região Metropolitana de Recife (RMR), Região Metropolitana de Salvador (RMS), Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)¹, Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Região Metropolitana de Curitiba (RMC), Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

Ainda que as relações familiares não se restrinjam aos limites do domicílio, o estudo das pesquisas domiciliares pode revelar características sociodemográficas da organização familiar (WAJNMAN, 2012). Tais informações permitem a identificação das configurações de parentesco das unidades domiciliares, bem como dos perfis etários de coresidência. Isto também permite conhecer as associações entre tipos de arranjos domiciliares e condições de vida (BILAC, 1978; MACEDO, 1978; MONTALI; TAVARES, 2008).

Com o avanço do processo de transição demográfica, a queda da fecundidade no Brasil levou a uma profunda mudança na estrutura etária da população, cuja maior expressão é o envelhecimento. A transição da fecundidade desencadeou a queda das taxas de crescimento populacional e a redução do tamanho médio da família a partir da década de 1970 (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2006). Nesse contexto, as mudanças na fecundidade se associam a transformações nas estruturas familiares, como o crescimento de arranjos monoparentais, unipessoais, de casais sem filhos e de famílias reconstituídas nos domicílios brasileiros (BILAC, 2014).

A literatura aponta a importância da família como grupo estratégico de enfrentamento de situações de pobreza (BILAC, 1978; MACEDO, 1978). Os padrões de coresidência e as relações de parentesco podem atuar como instrumentos de proteção para famílias de baixa renda com acesso restrito a serviços privados de atenção a crianças e idosos. O acesso muito restrito a serviços públicos em áreas periféricas, pela reduzida oferta de equipamentos urbanos, reforça a importância do apoio de redes de parentesco (MEDEIROS, 2000). Assim, os arranjos domiciliares, bem como as redes de parentesco, contribuem para a provisão de renda e de bem-estar das famílias, constituindo um instrumento de proteção social.

Nesse sentido, o estudo da pobreza urbana associado às estruturas familiares pode se apoiar nas teorias do ciclo de vida familiar (ELDER, 1987). Um aspecto relevante da teoria do ciclo de vida familiar é mostrar a dinâmica da trajetória da vida familiar, isto é, como a família se modifica ao longo do tempo. A abordagem clássica do ciclo de vida pressupõe uma família nuclear estável, em que a trajetória familiar é iniciada pelo casamento, geralmente acompanhada pela formação de uma nova residência, seguida pelo nascimento dos filhos, e encerrada com a morte de um dos esposos. Contudo, o crescimento do número de divórcios e a maior participação

da mulher no mercado de trabalho tornaram mais complicada a utilização da abordagem do ciclo de vida familiar (ELDER, 1987).

Um avanço na compreensão das transformações nas estruturas familiares se deu pela teoria do curso de vida (ELDER, 1987). Esta teoria permite compreender a natureza interdependente das trajetórias dos indivíduos dentro das famílias, a formação, o desenvolvimento e a dissolução dos arranjos familiares ao longo do tempo e a relação entre famílias e mudança social (ELDER, 1995).

Geist e McManus (2008) examinaram a questão do perfil etário de mobilidade residencial de arranjos domiciliares de baixa, média e alta renda e as diferenças em fatores motivacionais por status socioeconômico. Diversas situações de vida e as experiências de subgrupos populacionais específicos levaram a diferenciadas trajetórias de mobilidade residencial. Os pesquisadores da literatura sobre o curso de vida conceituam o contexto social como as experiências compartilhadas de indivíduos de diferentes coortes de nascimento. Ademais, a posição socioeconômica e o status parental podem influenciar tanto as oportunidades quanto as restrições de mobilidade residencial, de modo que o ato de mudar de residência pode indicar situações muito diferentes dependendo das circunstâncias econômicas e da nupcialidade dos membros de um arranjo domiciliar. Os mesmos autores destacam algumas pesquisas empíricas sobre as trajetórias de curso de vida associadas à nupcialidade. Tais pesquisas constataam que as taxas de mobilidade residencial são menores para os casais em relação a outros arranjos domiciliares. Outro resultado relevante para a discussão é o de que a mobilidade residencial dentro do casamento tende a ocorrer nos primeiros anos, sendo que ter filhos aumenta as chances de mudança.

Os estágios do ciclo de vida familiar podem ser entendidos como momentos de vidas interdependentes. Em termos da metodologia de análise demográfica das famílias, o estudo empírico das informações de composição familiar dos arranjos domiciliares pode fornecer características de um determinado momento do ciclo de vida familiar. Com efeito, *“trajectories of work, marriage, and parenthood are interrelated role paths that structure the life course of individuals, couples, and family units”* (ELDER, 1987: 184). A concepção do ciclo de vida familiar como um momento da vida de indivíduos interdependentes pode ser um instrumento para entender as relações entre famílias e pobreza (ELDER, 1987).

Certas trajetórias e transições podem tornar um arranjo familiar mais pobre. A literatura mostra que arranjos domiciliares em fase de expansão quanto ao ciclo de vida, com chefes e/ou cônjuges jovens e filhos menores de 14 anos, teriam mais dificuldades na obtenção de ativos e para garantir o bem-estar de seus membros (MONTALI; TAVARES, 2008). As situações de pobreza em arranjos familiares com chefes muito jovens podem ser agravadas pela maternidade solteira e pela saída precoce da residência dos pais (RODRIGUEZ, 2000).

Montali e Tavares (2008) mostram que o processo de reestruturação produtiva nos anos 1990 na região metropolitana de São Paulo produziu mudanças no padrão de incorporação dos integrantes do grupo domiciliar ao mercado de trabalho. Enquanto mudança do padrão de emprego, a reestruturação produtiva acarretou o aumento da participação no mercado de trabalho de mulheres chefes e cônjuges, em contrapartida ao maior desemprego entre chefes e filhos. Simultaneamente, houve uma articulação de rearranjos familiares de inserção no mercado de trabalho com maior participação de cônjuges e chefes femininos na provisão familiar, em detrimento da participação de chefes masculinos e dos filhos.

Ainda conforme Montali e Tavares (2008), a redução na participação dos filhos na composição da renda domiciliar teve efeitos diferenciados conforme a estrutura familiar. Para os arranjos formados por casal com filhos houve um aumento da participação do cônjuge no mercado de trabalho e na massa de rendimento, que contrabalançou o maior nível de desemprego dos chefes das unidades domésticas nos períodos de recessão econômica.

Os arranjos biparentais (chefe, cônjuge e filhos) com casais até 34 anos apresentam menor nível de rendimento familiar *per capita* em comparação com os arranjos com casais com mais de 34 anos, pois o desemprego tende a ser maior entre as pessoas mais jovens. Já entre os arranjos monoparentais (chefe e filhos), os chefes também apresentam uma maior participação na composição da massa da renda familiar. Contudo, a menor participação dos filhos na renda familiar aumenta o encargo de manutenção da família sobre as pessoas de referência dos arranjos monoparentais, que preponderantemente possuem chefia feminina, conforme Montali e Tavares (2008), o que reforça o peso da dupla jornada de trabalho para as mulheres (ITABORAÍ, 2015).

Para Montali e Tavares (2008), os arranjos domiciliares expressam momentos do ciclo de vida das famílias, o que pode resultar em uma composição desfavorável para a inserção dos seus componentes no mercado de trabalho, bem como para a aquisição da moradia própria.

Nos arranjos domiciliares com alta relação de dependência há poucos produtores em relação ao número total de consumidores. Em particular, a vulnerabilidade à pobreza pode ser maior em domicílios com arranjos familiares em fase de expansão no ciclo de vida, com crianças e adolescentes, tais como os casais com filhos e os arranjos monoparentais.

Os arranjos domiciliares estendidos tendem a ter uma maior presença de idosos. Dado que, na sociedade brasileira, é altamente frequente que os membros dos domicílios compartilhem um orçamento comum (BILAC, 2003), a presença de idosos contribui para a melhora no rendimento domiciliar e para o alívio de situações de pobreza. Desde que a Constituição de 1988 consolidou o sistema de seguridade social de caráter universal, houve um consistente aumento nos proventos assistenciais e de aposentadoria e pensão entre os idosos no país. Isto ocorre nos arranjos estendidos, onde coexistem diferentes gerações: pais, filhos, netos (WAJNMAN, 2012).

A urbanização brasileira no século XX produziu espaços urbanos que formaram as grandes metrópoles. Existe uma dinâmica demográfica e socioespacial das famílias residentes nos municípios do Brasil metropolitano? Conforme a discussão de Cunha *et al.* (2018) sobre o processo de urbanização brasileiro, a abordagem demográfica pode fornecer explicações sobre os processos sociais de produção das metrópoles.

Considerando a etapa atual da formação metropolitana e das migrações internas, a literatura demográfica voltou-se para o estudo dos arranjos domiciliares no Brasil metropolitano. Em particular, em um período posterior ao da metrópole fordista, as periferias passam a ser parcialmente ocupadas pelas elites e as metrópoles adquirem novas formas urbanas, que a literatura chama de cidade-região (SCOTT, 2001) ou cidade global (SASSEN, 2001). Nesse contexto, a mobilidade residencial intrametropolitana ganhou relevância como um objeto de estudo (CUNHA *et al.*, 2018).

Como se dá a composição familiar em termos da estruturação metropolitana? Existe uma certa homogeneidade nos padrões familiares nesses territórios associada à nupcialidade e à dinâmica do ciclo de vida? Ao mesmo tempo, como é que a questão da estruturação metropolitana pode se associar aos padrões familiares?

3. METODOLOGIA

Ao se servir de uma análise comparativa de contextos geográficos com expressivas diferenças entre si, segundo dimensões de análise com relativo grau de complexidade como família e urbanização, o estabelecimento de *categorias de análise* que viabilizem tais comparações, sem descartar as complexidades inerentes, mostrou-se um desafio. Desse modo, apresentam-se as mesmas com as devidas explicações e justificativas de uso.

Para a análise da dinâmica demográfica das famílias, este trabalho adota como unidade de análise o arranjo domiciliar, isto é, o grupo de residentes em um domicílio, tendo como referência a classificação de arranjos domiciliares adotada por Aparicio e Brusse (2018). As fontes de dados são os censos demográficos de 2000 e 2010. Os censos demográficos constituem a fonte de dados mais completa para o estudo quantitativo dos grupos familiares no Brasil, pois oferecem informações tanto sobre as relações de parentesco como as de não parentesco no espaço residencial desde 1950 (WAJNMAN, 2012).

A classificação dos grupos de parentesco e de não parentesco nos domicílios considera a informação sobre a posição do morador no domicílio. Os arranjos domiciliares podem ser classificados em cinco configurações em termos da posição do morador no domicílio: (a) unipessoal ou individual: domicílio onde se encontra somente a pessoa de referência; (b) casal sem filhos: pessoa de referência e cônjuge; (c) casal com filhos: pessoa de referência, cônjuge e filho (s); (d) monoparental: pessoa de referência e filho (s); (e) estendido: outros arranjos com parentes e não parentes. Assim, os quatro primeiros arranjos envolvem a presença de uma única família residente no domicílio, enquanto os arranjos estendidos podem incluir mais de uma família (APARICIO; BRUSSE, 2018).

É importante lembrar que a literatura da demografia da família (BILAC, 2003; APARICIO, 2012; WAJNMAN, 2012; BILAC, 2014) mostra que, no Brasil, é pouquíssimo frequente a ocorrência de arranjos domiciliares somente com não parentes. Ademais, na quase totalidade dos domicílios com mais de uma família existe alguma relação de parentesco entre as pessoas responsáveis pelas famílias. Portanto, no Brasil o termo arranjo domiciliar é quase sinônimo de arranjo familiar.

Apesar das limitações teóricas, a abordagem do ciclo de vida familiar pode contribuir para inferir hipóteses sobre a dinâmica das famílias e dos domicílios nas metrópoles. Com efeito, as fases do ciclo de vida familiar podem ser definidas como: formação pelo casamento, expansão (período de nascimento dos filhos), consolidação (período sem nascimento de filhos) e dispersão (quando os filhos saem de casa). Assim, uma família sem prole pode ainda não ter filhos porque está em sua fase inicial ou já se encontra em sua última fase (BILAC, 2003). Neste trabalho, o grupo etário da pessoa responsável pelo domicílio pode ser relacionado com os momentos do ciclo de vida familiar: (a) até 34 anos de idade (início e expansão), (b) de 35 a 49 anos (consolidação), (c) 50 anos ou mais (etapa de dispersão).

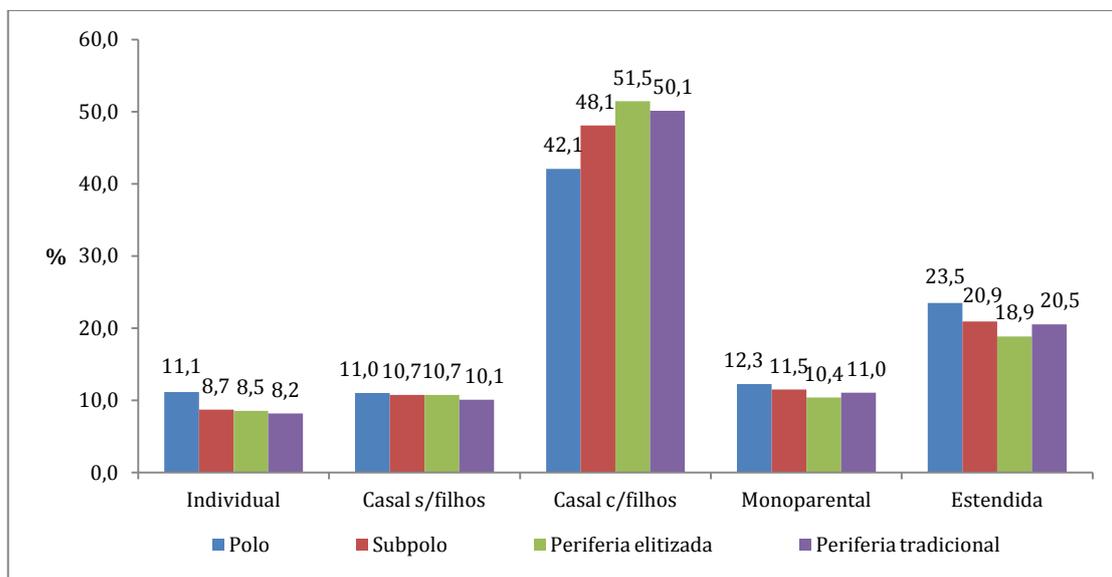
No sentido de produzir uma leitura unificada das estruturas urbanas, viabilizando comparações entre as Regiões Metropolitanas utilizadas como recorte do presente estudo, utilizou-se uma tipologia proposta por Cunha *et al.* (2018) que agrega os municípios metropolitanos de forma *ad hoc*, considerando o seu tamanho populacional, valor adicionado bruto e composição da população segundo escolaridade. Com isso, consegue-se situar cada município dentro da metrópole em sua posição tanto na divisão econômica quanto na divisão social do trabalho.

Além disso, a tipologia urbana de Cunha *et al.* (2018) prevê novas estruturas metropolitanas próprias do processo de reestruturação produtiva emergente nas metrópoles brasileiras. Isso porque a tipologia considera a existência de “subpolos”, decorrentes do processo de espraiamento metropolitano das atividades produtivas para além do núcleo metropolitano, bem como de “periferias elitizadas”, isto é, áreas de ocupação por parte das classes médias e das elites metropolitanas nas periferias geográficas das regiões metropolitanas, segundo o binômio loteamento/condomínio fechado. Este fenômeno já é bastante evidente nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP) e Belo Horizonte (RMBH), conforme os trabalhos de Caldeira (2000) e Costa (2006). Assim, as categorias previstas pela tipologia urbana a serem consideradas no presente estudo são: “polo”; “subpolo”; “periferia elitizada”; “periferia tradicional”.

4. FAMÍLIAS E CICLO DE VIDA NA ESTRUTURA URBANA DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

A composição domiciliar em termos da estruturação metropolitana é verificada pela análise da distribuição dos domicílios das regiões metropolitanas brasileiras segundo a classificação dos tipos de arranjo domiciliar em 2000 (Tabela 1) e 2010 (Tabela 2).

Tabela 1 - Participação relativa dos arranjos domiciliares por grupos de municípios do Brasil metropolitano em 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Elaboração dos autores.

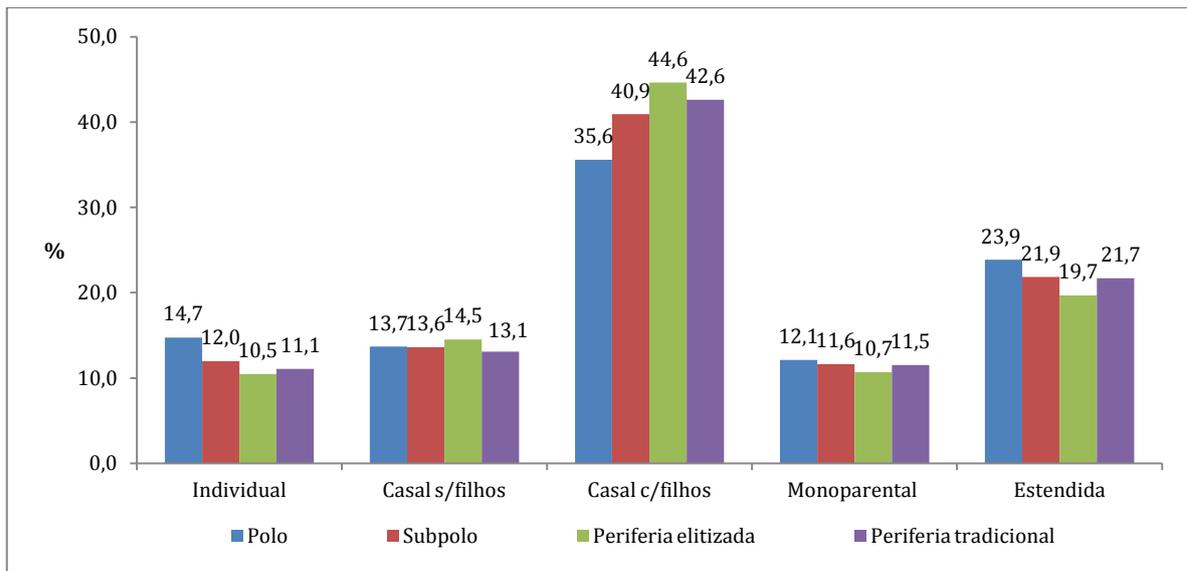
Observou-se a maior diversidade de arranjos domiciliares. Houve diminuição da participação relativa dos arranjos de casal com filhos de 45,1% em 2000 para 38,3% em 2010 no conjunto dos domicílios metropolitanos. Ao mesmo tempo, cresce a participação relativa dos casais sem filhos e dos domicílios unipessoais. De fato, há uma tendência demográfica de maior diversidade na composição dos arranjos familiares brasileiros, e que é mais acentuada nas regiões metropolitanas. Mas como essa diversidade se dá em termos intrametropolitanos?

Os arranjos domiciliares de casal com filhos são mais frequentes nas áreas periféricas e no subpolo em comparação com o polo em ambos os anos (Tabelas 1 e 2). Ao mesmo tempo, há um avanço na presença de domicílios unipessoais e dos casais sem filhos no conjunto das regiões metropolitanas entre 2000 e 2010. Os casais sem filhos avançam em todos os grupos de municípios, mas de modo particular nas áreas periféricas tradicionais entre 2000 e 2010. Aqui se

pode considerar a postergação da fecundidade como uma explicação para a maior frequência de casais sem filhos em 2010.

Ao mesmo tempo, aumenta a frequência dos arranjos unipessoais nos polos metropolitanos em comparação com as periferias nesse período. Esta tendência se relaciona com o fenômeno dos ganhos populacionais observados em espaços urbanos consolidados no Município de São Paulo na década de 2000. Segundo Nakano (2015), o crescimento populacional no centro antigo e expandido do município polo da RMSP está associado a um processo de mobilidade residencial em que ocorre elevação na participação de adultos jovens e de meia idade e o aumento e masculinização de domicílios unipessoais, com a disseminação de domicílios em apartamentos com elevada proporção de unidades ocupadas por uma única pessoa.

Tabela 2 - Participação relativa dos arranjos domiciliares por grupos de municípios do Brasil metropolitano em 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaboração dos autores.

Outros três aspectos sobre as metrópoles brasileiras também podem ser destacados nesta análise da dinâmica das famílias e dos domicílios metropolitanos. Em primeiro lugar, a formação de um novo domicílio se associa à dinâmica de formação do casamento, que expressa a realização de um projeto de vida que tende a fixar a família em uma determinada localidade (GEIST; MCMANUS, 2008).

Em segundo lugar, a literatura sobre o ciclo de vida mostra como as famílias em fase de expansão – isto é, no período em que os filhos nascem, com pais que são adultos jovens – tendem a ter uma renda domiciliar inferior a das famílias nas fases mais avançadas do ciclo de vida, dado que os membros destes arranjos familiares já estariam mais bem inseridos no mercado de trabalho (MONTALI; TAVARES, 2008). O custo de aquisição e de locação de um imóvel cresceu de modo significativo ao longo da década de 2000 nos centros metropolitanos devido à intensa especulação imobiliária, conforme o estudo de Bógus e Pasternak (2018) sobre as elevadas taxas de crescimento populacional das periferias metropolitanas. Assim, há um maior volume de arranjos com pessoas responsáveis mais jovens nas áreas periféricas (Tabela 3) do Brasil metropolitano. Enquanto os arranjos domiciliares com pessoas responsáveis mais jovens (com menos de 35 anos) representavam cerca de 30% do total de domicílios nos municípios da periferia tradicional em 2010, no município polo a participação era de 26%.

Em terceiro lugar, o avanço das famílias com casais sem filhos em áreas periféricas pode estar associado à dinâmica da fecundidade no país nas últimas décadas. Conforme Fujiwara e Oliveira (2018), o fenômeno da postergação da fecundidade é uma realidade em expansão. Historicamente, no Brasil a formação de um casamento ou de uma união informal amplia a chance de uma mulher ter filhos. Nas últimas décadas constata-se a queda da fecundidade associada ao crescimento da escolaridade das mulheres de coortes mais recentes. Ao mesmo tempo, parece haver um aumento gradativo do percentual de arranjos com mulheres unidas (ou que estiveram em união) sem filhos entre 2000 e 2010, o que teria resultado na maior frequência dos casais sem filhos em todas as configurações urbanas, em particular nas áreas periféricas tradicionais (Tabela 2).

Após os casais com filhos, os arranjos estendidos são os mais frequentes entre as famílias metropolitanas. O fenômeno dos arranjos estendidos nas regiões metropolitanas confirma uma tendência observada pela literatura para os domicílios no Brasil nos últimos Censos (WAJNMAN, 2012; BILAC, 2014). Nesta população metropolitana há um processo de verticalização familiar, em que se dá a coresidência de múltiplas gerações e coortes, em particular avós e netos. Aqui pode se notar um efeito prolongado do bônus demográfico, em que parte das famílias possui crianças e avós. Possivelmente, à medida que as coortes mais antigas percam importância na população metropolitana nas próximas décadas, pode ocorrer uma tendência de retração no peso dos arranjos estendidos no total dos domicílios.

É interessante considerar que a frequência relativa de famílias na fase de expansão do ciclo de vida é maior nos municípios da periferia tradicional do que nos polos e subpolos metropolitanos, tanto em 2000 como em 2010 (Tabela 3). Este resultado pode se relacionar aos custos elevados da habitação nas áreas centrais das metrópoles, que dificultam a sua aquisição por parte de famílias mais jovens em termos do ciclo de vida.

Nos polos observa-se uma maior participação de famílias na fase de dispersão em comparação com as demais estruturas urbanas, em ambos os anos (Tabela 3). Pode-se inferir que as famílias na fase de dispersão tendem a ter uma situação econômica melhor que a de arranjos familiares nas fases iniciais do ciclo de vida. No caso das periferias elitizadas, tenderia a ocorrer maior frequência de famílias em fase de consolidação com maior nível de renda em relação às mesmas famílias residentes nas periferias tradicionais. Ao mesmo tempo, estes resultados podem também refletir um avanço do processo de envelhecimento na população dos polos em comparação com as outras estruturas urbanas. Por fim, vale lembrar que na década de 2000 aumentou o nível de cobertura dos benefícios da previdência social e o Benefício de Prestação Continuada, o que teria favorecido as famílias em fase de dispersão nos polos (WAJNMAN, 2012).

Tabela 3 - Distribuição dos domicílios segundo idade da pessoa de referência do arranjo domiciliar por grupos de municípios do Brasil metropolitano em 2000 e 2010

| Estrutura metropolitana | 2000 | | | | | 2010 | | | | |
|-------------------------|------------|------------|------------|-----------------|-------|------------|------------|------------|-----------------|-------|
| | 15-24 anos | 25-34 anos | 35-49 anos | 50 anos ou mais | Total | 15-25 anos | 25-34 anos | 35-49 anos | 50 anos ou mais | Total |
| Polo | 5,9 | 22,4 | 37,0 | 34,7 | 100,0 | 5,5 | 20,5 | 33,7 | 40,3 | 100,0 |
| Subpolo | 7,1 | 24,9 | 38,1 | 29,9 | 100,0 | 6,0 | 21,7 | 35,6 | 36,6 | 100,0 |
| Periferia elitizada | 7,2 | 25,3 | 39,5 | 28,0 | 100,0 | 5,9 | 21,9 | 36,8 | 35,3 | 100,0 |
| Periferia tradicional | 8,5 | 26,6 | 37,3 | 27,6 | 100,0 | 6,9 | 22,9 | 35,8 | 34,4 | 100,0 |
| Brasil metropolitano | 6,7 | 23,8 | 37,3 | 32,2 | 100,0 | 5,9 | 21,3 | 34,6 | 38,2 | 100,0 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010. Elaboração dos autores.

Além da questão do ciclo de vida familiar, outros fatores demográficos também podem ser apontados como causas desse fenômeno das famílias estendidas. Por um lado, o

aumento da expectativa de vida e de sobrevivência da população acima de 60 anos tem como resultado o maior tempo de sobrevivência de pais de adultos casados (WAJNMAN, 2012). Ademais, as famílias estendidas com idosos tendem a ter pelo menos alguma renda de aposentadoria, sendo que os idosos muitas vezes atuam como provedores das suas residências (MONTALI; TAVARES, 2008). Por outro lado, persiste certo rejuvenescimento da função de taxas de fecundidade na década de 2000, o que faz com que possa haver maior prevalência de famílias com pais, filhos, netos e até bisnetos. Na realidade, mesmo em tempos de queda da fecundidade, ainda ocorre no país o fenômeno das mães adolescentes ou jovens que moram com os pais, o que contribui para a permanência das famílias estendidas (WAJNMAN, 2012; ITABORAÍ, 2015).

Estes resultados apontam para a relevância da análise da organização familiar e do ciclo de vida no estudo das famílias metropolitanas brasileiras. Ainda que a análise tenha de ser ponderada pelo fenômeno do envelhecimento populacional e pela dinâmica do mercado imobiliário, há evidências de que famílias com pessoas de referência mais jovens – especialmente os casais com e sem filhos – tendem a se fixar em áreas ditas periféricas, enquanto que os arranjos com famílias estendidas são mais frequentes nos polos metropolitanos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geografia dos arranjos domiciliares dentro das metrópoles brasileiras parece obedecer a duas ordens de movimentos que explicam sua dinâmica nos anos 2000, além de nuances específicas a depender da parte da estrutura metropolitana a ser considerada.

No agregado metropolitano, os fatores de ordem demográfica mais geral, que atingem a população como um todo, vinculados principalmente à aceleração da queda das taxas de fecundidade, explicam a tendência de aumento da participação dos arranjos domiciliares com menor número de indivíduos. Destacam-se, nesse sentido, o aumento da prevalência dos casais sem filhos e unipessoais, tanto nas áreas centrais das metrópoles quanto nas periferias, mostrando a longo prazo uma tendência de convergência nos padrões das famílias metropolitanas.

Todavia os diferenciais intrametropolitanos ainda persistem, e são realçados tanto por fatores relacionados às novas dinâmicas de nupcialidade emergentes na sociedade quanto pelos incentivos e constrangimentos vinculados à produção do espaço metropolitano. Não por acaso, famílias em estágios menos avançados de seu ciclo de vida, com filhos novos, tendem a buscar as periferias tradicionais onde o preço da habitação tende a ser menos elevado do que nos polos metropolitanos.

Tal dinâmica igualmente pode ser estendida às periferias elitizadas, todavia os condicionantes tendem a ser diferentes daqueles observados para as áreas periféricas mais populares. Neste caso os incentivos relacionados a opções de habitação que oferecem maior número de cômodos e áreas de lazer de uso comum com segurança, em comparação com as áreas centrais, ajudam a explicar porque as famílias jovens com filhos das classes médias e elites metropolitanas cada vez mais buscam novas moradias nos condomínios fechados das periferias geográficas da cidade.

Outro fato que chamou atenção é a relativa estabilidade de participação dos arranjos domiciliares estendidos nas diferentes partes da estrutura metropolitana. Por um lado, nas áreas periféricas tradicionais tal fato se encontra relacionado, muitas vezes, aos constrangimentos financeiros vinculados à obtenção de habitação que levam as famílias a lançar mão de diferentes estratégias de sobrevivência, o que inclui a convivência de diferentes famílias ou de núcleos aparentados. Por outro lado, nas áreas centrais metropolitanas essa condição está, em grande parte, vinculada ao envelhecimento populacional, o que determina a convivência de diferentes gerações num mesmo domicílio. Tal dinâmica deve ganhar mais peso nos próximos anos, com a tendência de intensificação do envelhecimento populacional.

Enfim, sabe-se que o presente artigo ainda é um primeiro para passo para desvendar a geografia das famílias dentro do Brasil metropolitano. As regiões metropolitanas se encontram em estágios diversos em suas dinâmicas de transição e estruturação demográfica, o que pode apontar para processos ainda mais complexos do que aqueles vistos aqui em termos agregados. Da mesma forma, a análise mais desagregada de alguns tipos de arranjos domiciliares, como o arranjo estendido, pode apontar para dimensões mais específicas da interação entre dinâmicas familiares e pobreza metropolitana. Por fim, a formulação e a avaliação de programas governamentais urbanos e habitacionais em regiões metropolitanas podem ser aperfeiçoadas ao



se considerar as características sociodemográficas dos arranjos domiciliares apontadas neste trabalho.

6. REFERÊNCIAS

- APARICIO, C. A. P. **Família e pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”:** uma análise dos dados da PNAD e da PCV 2006. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Campinas, SP, 2012.
- APARICIO, C. A. P.; BRUSSE, G. P. L. Demanda demográfica de viviendas: proyección de los arreglos residenciales hasta 2030 a partir de la población destinataria de un programa de vivienda social de la Compañía de Desarrollo Habitacional y Urbano (CDHU) en el estado de São Paulo. **Notas de Población** n. 107, 2018. p. 103-129.
- BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 74, 2006. p. 11-15.
- BILAC, E. D. **Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BILAC, E. D. **Estruturas familiares e padrões de residência**. Mimeografado. Campinas: Nepo/Unicamp, 2003.
- BILAC, E. D. Trabalho e família: articulações possíveis. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, 2014.
- CALDEIRA, T.; **Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Ed. 34-Edusp. 2000.
- COSTA, H. (Org.) **Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul**. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.
- CUNHA, J. M. P. da; FARIAS, L. A. C.; SILVA, K. A. A.; SILVA, D. S. F. **Dinâmica Demográfica e Socioespacial no Brasil Metropolitano: convergências e especificidades regionais**. Organizador: José Marcos Pinto da Cunha. São Carlos, EduFSCar, 2018. p. 299-319.
- ELDER, G. H. Families and lives: some developments in life-course studies. **Journal of Family History** vol. 12 no. 1, March 1987. p. 179-199.
- ELDER, G. H. The Life Course Paradigm: Social Change and Individual Development. In: **Examining Lives in Context: Perspectives on the Ecology of Human Development**, edited by Phyllis Moen, Glen H. Elder, Jr., and Kurt Lüscher. Washington: APA Press, 1995. p. 101-139.
- FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP** 29, São Paulo, 1991.
- GEIST, C.; MCMANUS, P. Geographical Mobility over the Life Course: Motivations and Implications. In: **Population, Space and Place** 14, 2008. p. 283-303.



ITABORAÍ, N.R. **Introdução**. Revolução nas famílias, revolução das mulheres e desigualdade de classe. e Contextualização histórica: o passado e presente da “revolução das mulheres” no Brasil de uma perspectiva de longa duração. In: Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012). Uma perspectiva de classe e gênero. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 27-32; 125-170.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2001.

MACEDO, C. C. **A Reprodução da desigualdade: o projeto de vida familiar de um grupo operário**. IBGE, 1978.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Rio de Janeiro: Ipea, 1994. (Texto para Discussão, 329).

MEDEIROS, M. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 22, 2000. p. 47-71.

MONTALI, L.; TAVARES, M. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 211-231, 2008.

NAKANO, A. K. Elementos demográficos sobre a densidade urbana da produção imobiliária: São Paulo, uma cidade oca? Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Campinas, SP, 2015.

OLIVEIRA, M.C.F.A.; MARCONDES, G.S; VIEIRA, J.M. Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências. In: ARRETHE, M. (Org.). **Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos**. São Paulo: Ed. Unesp, 2015. p. 309-334.

ROCHA, S. **Transferência de renda no Brasil – O fim da pobreza?** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

RODRIGUEZ, J. **Vulnerabilidad demográfica: una faceta de las desventajas sociales**. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

SASSEN, S. **The Global City**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.

SCOTT, A. J. **Global city regions**. Trends, theory, policy. Oxford University Press, 2001.

WAJNMAN, S. **Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros**. 2012. Tese (Professor Titular) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2012.

ⁱ Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas, Pesquisador Colaborador no Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (Nepo/Unicamp) e Estagiário pós-doutoral na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

ⁱⁱ Doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Bolsista de Pós-doutorado júnior CNPq.